

HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTO OPERÁRIO: O NOVO EM QUESTÃO

*Eliana Regina de Freitas Dutra
Yonne de Souza Grossi*

“Os Antigos, quando queriam prognosticar o futuro, sacrificavam os animais, consultavam-lhes as entranhas, e conforme o que viam nelas, assim prognosticavam. Não consultavam a cabeça, que é o assento do entendimento, se não as entranhas, que é o lugar do amor; porque não prognostica melhor quem melhor entende, senão quem mais ama. E este costume era geral em toda a Europa antes da vinda de Cristo, e os Portugueses tinham uma grande singularidade nele entre os outros gentios. Os outros consultavam as entranhas dos animais, os Portugueses consultavam as entranhas dos homens. A superstição era falsa, mas a alegoria era muito verdadeira. Não há lume de profecia mais certo no mundo que consultar as entranhas dos homens. E de que homens? De todos? Não. Dos sacrificados. (. . .) Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar de quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há-de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; é querer cegar o presente, e não acertar o futuro”.

Fragmento de um sermão de Vieira, citado por Alfredo Bosi no Prefácio do livro de: MOTA, Carlos Guilherme – Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), São Paulo, Editora Ática, 1978, p. xvii.

* Este texto foi escrito em 1984 e apresentado em sua versão preliminar, no mesmo ano no IV Encontro Estadual de História (ANPUH), realizado em Mariana, no mês de julho, e no VIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em outubro, em Águas de São Pedro.

I. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitas polêmicas vêm questionando as certezas dos historiadores, quanto a procedimentos utilizados na elaboração de um conhecimento histórico. O conhecer em história passou a ser alvo de reflexão crítica, impulsionando uma revisão metodológica em busca de uma nova historicidade.

Questões tais como a relação sujeito-objeto, o tempo, a importância da teoria, o valor do documento e o significado da memória, entre outros, têm sido avaliados na discussão sobre novas concepções e práticas historiográficas (1). Nesta perspectiva, temos

"O historiador aparece ele mesmo como objeto, apropriado por um processo de constituição do conhecimento sobre a história em que ele trabalha com temas e interpretações já definidos nos seus elementos essenciais, no momento de formação da memória de um determinado passado. O passado deixa então de ser mero objeto manipulado pelo historiador - simples memória registrada em documento - e decide poderosamente no que será dito sobre ele, num movimento de auto-criação" (2).

O documento não é mais simples memória, a teoria passa a ser parte integrante da prática e não um ponto de partida apriorístico, o passado e a memória são vistos com desconfiança. Isto porque o "conhecimento histórico é em sua essência um fenômeno histórico que exige ser captado e interpretado como tal. O discurso sobre a história está incluído na história" (3). Irá expressar não apenas o desenvolvimento histórico real, como afirma Castoriadis, mas acima de tudo desvendar ou ocultar o exercício do poder e a luta de classes, como sugere Walter Benjamin (4). Assim, por que não examinar a memória, o passado, o historiador e sua criação no espaço da história da dominação? Portanto

"O historiador materialista deve sempre lembrar que a imagem do passado - a sua imagem do passado - não pode oferecer um ponto de partida imediato à sua análise, mas que a condição prévia de todo julgamento do passado é o exame crítico de constituição da representação deste passado" (5).

Neste exame crítico, existe uma certeza de que a história é uma "história possível entre outras", e que se pode ler e escrever uma outra história, a dos

-
01. Um elucidativo desta questão é o artigo de
MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o Procedimento Histórico - In: Repensando a História, org. Marcos A. da Silva. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, p.37-68.
Ver também
CHESNEAUX, Jean. A propósito de la historia y de los historiadores. Mexico, Siglo XXI, 1981.
FOUCAULT, M. L'archéologie du savoir. Paris, Gallimard, 1968.
PEREYRA, Carlos et alii. História para Quê? México, Siglo XXI, 1982.
 2. MARSON, op. cit.
 3. CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
 4. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Memória e Libertação, In: Walter Benjamin, Os Cacos da História. São Paulo, Brasiliense, 1982. Coleção Encantos Radicais.
 5. Idem, ibidem, p. 59.

vencidos (6) que, como os de hoje, esperam ser libertados. Emerge, então, uma nova concepção do trabalho histórico em que os acontecimentos não expressam uma única versão, o passado se livra da interpretação definitiva e o historiador se encontra com um novo sujeito e retoma os elementos perdidos. Deste movimento de repensar o modo tradicional de abordagem resultaram novas orientações temáticas e de pesquisa. Abriu-se "um amplo campo de perspectivas de investigação normalmente excluídas do peso habitual dos tópicos historiográficos" (7). Entre outras, a da história do movimento operário. O campo teórico da história operária, os conceitos de classe, luta de classes, poder, ordem social, passaram a ser investigados sob os novos ângulos

As classe sociais, em análises tradicionais, têm sido conceituadas como categorias de agentes econômicos (classe em si) e como formas políticas e ideológicas (classe para si) (8). Por um lado, temos o reducionismo da classe para si à classe em si, ou seja, a redução da política e ideologia aos interesses de classe determinados pela economia. Por outro lado, assinalamos a consagrada divisão dicotômica entre base e superestrutura, onde política e ideologia representam interesses econômicos. Com o rompimento deste circuito de ferro que encarcerava as classes, definindo-as como categoria ou como estrutura, surgiu um conceito de classe como "fenômeno histórico, como algo que acontece de fato nas relações humanas (...) com homens reais e em um contexto real" (9), resultante de experiências comuns e identidade de interesses. Aqui, a classe é definida não apenas pelos homens, mas também pela maneira como estes vivem sua própria história e lutam face interesses opostos aos seus. Desta luta, emergem a classe e a consciência de classe. Esta conceituação de classe como "categoria história" ou mais, como "categoria de sujeito histórico dentro da sociedade civil" (10), nos possibilitará apreender relações históricas e práticas sociais em contextos específicos.

O que não quer dizer que a existência da classe e sua experiência não sejam pontuadas pela sua relação com os meios de produção e pela conformação histórica específica, não só da relação capital/trabalho, mas particularmente pelo modo de acumulação de capital. Esta configuração histórica possibilita situar o movimento e as manifestações da classe, particularmente a luta de classes. De fato, a configuração de uma classe só pode se dar na ação e na luta.

No que se refere às formas de luta, podemos analisá-las como luta de classes e classes em luta (11):

"Na primeira, encontram-se capitalistas e trabalhadores cuja relação é estruturada pela produção e apropriação de mais valia. Nenhuma classe pode existir, exceto numa relação de luta, de sujeitos portadores da função capitalista, contra sujeitos porta-

6. Nesta perspectiva, dentro da produção historiográfica recente, destaca-se o trabalho de DE DECA, Edgar. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

7. GRENDI, Edoardo. *Le Origine del Movimento Operario Inglese - Documenti e Testi Critici, 1815-1848*. Roma, Editorial Laterza, 1973.

8. Ver URRY, John. *Anatomia das Sociedades Capitalistas. A Economia, A Sociedade Civil e o Estado*. Rio de Janeiro, 1982, p. 71.

09. THOMPSON, E. P. *La Formación Histórica de la Clase Obrera*. Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Editorial Lala, 1977, p. 7-8.

10. Como a define URRY, John. *op. cit.*, p. 72.

11. Como sugere LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory*, Londres, New Left Books, citado por URRY, John. *op. cit.*, p. 72, que amplia esta discussão.

dores da função do trabalho. A relação determinada pela relação central do modo capitalista, a luta pela produção de uma ou outra função, podem engajar-se nesta luta, isto é, na luta de classes. A posição de cada sujeito portador da função do capital ou do trabalho é uma posição de luta contra os sujeitos da classe em oposição" (12).

Segundo Urry, "as classes em luta são as categorias do sujeito que ocupam uma posição comum em relação aos meios de produção, mas esta é uma relação que não implica em antagonismo direto com outra classe social" (13). São exemplos o lumpem proletariado, a nova classe média e a pequena burguesia tradicional, setores menos estruturados que os dos capitalistas e trabalhadores fabris. Nesse caso, a contradição principal se coloca entre Estado/povo, ou grandes corporações/povo. Segundo o autor, "as classes em luta podem ser conceituadas independente da referência a outra classe" (14).

A importância advinda dessa forma de considerar as classes sociais está menos na possibilidade de se resgatar a classe social como sujeito histórico, que na ênfase dada à produção das relações históricas e às lutas sociais, permitindo abordar o movimento operário e demais movimentos sociais num sentido mais amplo. Isto significa concretamente, que podemos analisar a classe operária, não apenas em relação ao trabalho, mas incluir sua história de vida, dentro e fora da fábrica.

Os estudos tradicionais que privilegiam a classe operária em suas representações institucionais (sindicato e partido) são, em parte, resultantes da definição de classe como categoria de agente econômico, à qual corresponde quase automaticamente uma consciência. Aqui, a nova conceituação de classe como sujeito histórico, como uma formação social e cultural (15), volta-se para o trabalho e a vida operária, situando-a como parte integrante das relações históricas, sem perder de vista as implicações de poder dentro destas relações. Podemos também analisar movimentos de massa urbanos e rurais a nível das relações de classe, ou utilizá-las como referencial para se entender o fenômeno da dominação.

Entretanto, as diferenças entre os indivíduos não se situam apenas em termos de classes sociais, como sujeitos históricos e autônomos. É possível apreender diferenças, por exemplo, entre o mundo dos operários e o dos intelectuais, o mundo dos burocratas e o dos garis, o mundo dos tecnocratas e o dos funcionários administrativos; diferenças essas que se explicam por categorias menos abrangentes que as das classes sociais. São categorias ligadas ao corpo, como uma dor física, uma emoção, o sexo, a idade, a cor da pele (16).

Classe social é uma categoria histórica. Mas, como sugere Rubem Alves (17), não podemos tratar os trabalhadores como se não tivessem corpo, não experimentassem prazeres e perdas. Em outras palavras, não podemos colocar seu corpo entre parênteses, para nos deter apenas em seu movimento de classe. Não queremos com isso negar a eficácia política dos movimentos de classe, mas apenas sugerir que esta eficácia pode derivar do fato de que a classe representa uma forma social de manipular o corpo, manietá-lo, domesticá-lo. A classe pode

12. URRY, John, op. cit., p. 72.

13. Idem, *Ibidem*.

14. Segundo URRY, essas lutas se realizam na sociedade civil.

15. THOMPSON, op. cit., p. 11.

16. ALVES, Rubem A. *Conversas Com Quem Gosta de Ensinar*. São Paulo, Cortez, 1984.

17. ALVES, Rubem, op. cit.

indicar uma maneira de limitar as possibilidades de realização individual, tanto no plano das necessidades materiais de alimentação, habitação, vestuário, etc., quanto no plano cultural e de lazer. Em termos concretos, em nossa sociedade, um operário que ganha salário-base não poderia aprimorar sua sensibilidade para gostar de Vivaldi ou Beethoven. Para a experiência individual, esse pode ser o sentido da classe social: o da limitação de possibilidades. Assim, desvendar as inquietações individuais é tão importante quanto estudar as questões sociais, assim como ocultar nas investigações científicas a história dos vencidos.

A questão do indivíduo mostra sua relevância, quando Thompson (18) descreve a experiência humana sendo resultante da ação de homens e mulheres como sujeitos históricos, embora não autônomos. Sujeitos estes que vivem situações e relações de produção específicas, como necessidades, interesses e antagonismos. O que experimentam é elaborado por sua consciência e valores, de formas diversas, levando-os a agir sobre uma situação determinada. Essa ação se efetiva muitas vezes, mas não necessariamente, através de estruturas de classe.

O que Thompson quer propor é que se perceba a experiência de homens e mulheres, como um caminho capaz de transformá-los em sujeitos históricos, embora não expressem suas ações em movimentos classistas. A lição não deixa dúvida: a experiência humana parece não se esgotar na análise de classe.

Por outro lado, Habermas (19) sistematiza dois níveis de interesse que se articulam com necessidades humanas. O primeiro é o interesse técnico, que se engendra na ação instrumental e cuja base é o saber técnico, através do qual os indivíduos constroem seu poder de controle sobre a natureza. O segundo é o interesse comunicativo gerado pela ação comunicativa, que faculta o relacionamento dos indivíduos através de um saber linguístico articulado, permitindo um entendimento recíproco. Essas formas de saber, enraizadas nos interesses descritos, servem, em última instância, a um interesse fundamental que é o da emancipação humana. O saber instrumental é a chave que abre aos indivíduos a possibilidade de satisfazer suas necessidades, liberando-os da natureza exterior, graças à produção. O saber comunicativo potencializa suas forças, a fim de resistir e eliminar as formas de opressão social.

A noção de experiência humana discutida por Thompson e enriquecida por Habermas suscita duas questões: como se apresentam as formas de opressão social? Em que medida se estabelecem limites à ação dos indivíduos como sujeitos ou classes? Esses e outros problemas são aprofundados na obra de Foucault (20). Sua originalidade consiste, como sabemos, em mostrar o exercício do poder, em cada situação específica, estruturando mecanismos, objetivos, efeitos. Trata-se de práticas disciplinares que possuem um campo próprio de operação, no que diz respeito a saberes relativos a normas e objetos. Essas práticas envolvem o cotidiano das pessoas materializando seu espaço social. Penetram em toda a estrutura da sociedade, de forma molecular, compondo o próprio tecido social. Seu lugar é identificável em todos os níveis, inclusive o da existência.

18. THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

19. HABERMAS, Jürgen. *Para a Construção do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Sociologia - Org. B. Freitag e S.P. Rouanet. São Paulo, Ática, 1980.

20. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

CHATELER, F., PISIER-KOUCHNER, E. *As Concepções Políticas do Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Para seguir o curso de ação do poder, torna-se necessário elaborar uma microfísica, que permita apreender sua natureza, que é o tecido próprio da realidade. Em todas as dimensões da vida, constituem-se saberes, instituições, que têm por objetivo domesticar corpos e adestrar palavras, promovendo o enquadramento da existência. A ação do poder não é a de reprimir, mas de acionar mecanismos capazes de enquadrar toda atividade, toda conduta. O saber estruturado pela instituição opera como uma regulamentação, um esquema inteligível, cujos dispositivos forçam o enquadramento da conduta.

Qual o alcance desta teoria dos poderes? Não se pode pensar o poder a partir da noção de propriedade, mas sim como uma estratégia. Seus efeitos de dominação não são dados pela apropriação, mas pelas manobras, táticas, técnicas, dispositivos, funcionamento. O poder não é possuído e sim exercido. Não é privilégio dos que dominam, mas efeitos de suas posições estratégicas adquiridas. Não significa ser aplicado simplesmente sobre aqueles que não possuem poder. Estes são envolvidos, o poder passa por eles e através deles. A indagação de como se exerce o poder como estratégia de dominação, responderá Foucault: sobre os corpos. Considera o corpo inserido no campo da política, duramente marcado pelas relações de poder que o envolvem e adestram, que o torturam com trabalhos, atividades, cerimônias. Sua maior utilização é a econômica, como força de produção, onde mergulha nas relações de poder e dominação. Apenas corpos dóceis são capazes de se transformar em força eficaz, produtiva. Essa submissão, necessariamente, não precisa ser violenta. Pode ser calculada, organizada tecnicamente, exerce-se de forma sutil, tendo sempre como alvo o corpo. Assim, o poder torna-se invisível, sendo o mesmo inverificável sobre quem é exercido, dada sua sutileza de envolvimento, de manobra, de dispositivos de enquadramento da existência. Todavia, a onipresença do poder não significa possibilidade de englobar e unificar tudo, mas sim que ele provém de toda a parte, produz e se auto-reproduz a cada instante, em cada relação, fixando-a. Sob essa ótica, a soberania do Estado, o aparato jurídico-legal, a dominação de poucos sobre a maioria não marcam o início, representam apenas pontos terminais do poder. Esses terminais são efeitos que reforçam as mobilidades imediatas do poder onipresente. Quanto ao fenômeno da resistência, Foucault afasta-se de Habermas. Enquanto este vê na construção dos saberes uma das chaves para a abertura de penoso caminho da humanidade em direção à sua emancipação, aquele considera a resistência como um termo das relações de poder. Não vê lugar para uma grande recusa ao poder, mas um irreduzível face-a-face. Sob este aspecto, utilizando a terminologia foucaultiana, interpelamos Habermas: de que adiantaria eliminar as formas terminais do poder se o tecido permanecer incólume, gerando outros terminais? Esta é uma questão aberta.

Numa primeira aproximação dos fatos, podemos refletir que o estudo das práticas sociais de determinada realidade deve passar pela investigação do cotidiano da vida social. Isso porque o cotidiano está organizado e se reorganiza em torno do aqui de meu corpo e do agora de meu presente⁽²¹⁾. Esta estruturação espacial e temporal constitui o foco de minha atuação na realidade. Entretanto, a realidade da vida cotidiana não se esgota nessas presenças imediatas, mas abrange fenômenos que não estão presentes diretamente. O que não significa uma relação de anterioridade entre o cotidiano e outros níveis de expressão social, já descritos. Em outras palavras, o operário não é objeto, para depois tornar-se sujeito na luta frente o capital. O que pretendemos com essa colocação é referirmos ao contexto em que se processam as práticas sociais. Trata-se de uma ordem social, com implicações teóricas aqui discutidas, e que apresenta de-

21. BERGER, Peter. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1983.

safios históricos em sua permanente constituição. Para Habermas, a ordem contemporânea apresenta, entre outros, um desafio que considera fundamental: o da escassez do valor como riqueza, o que evoca a ampliação de recurso e sua distribuição equitativa. "A experiência da desigualdade social põe em jogo movimentos sociais" (22), que se confrontam com essa realidade.

No entanto, cada realidade social necessita ser pesquisada empiricamente, pela singularidade que compõem a trama de suas relações e realizações. Essa singularidade, que independe de modelos pré-determinados, explicita também o fato de que a ação política não é axiomática, mas constitui o momento das escolhas abertas e das possibilidades. De fato, quando se analisa um movimento social, especificamente o movimento operário, torna-se necessário situá-lo não apenas no contexto das práticas sociais, mas estabelecer seu lugar na ampla rede de poder e dominação que circunscreve uma sociedade, ordenando-a de formas diferenciadas.

Uma vez tecidas considerações a propósito da ampliação do campo teórico da história operária e da revisão de alguns de seus conceitos-chaves, cabe situar os novos domínios temáticos explorados.

O debate metodológico, aberto na Europa nos anos 60, e que pôs em questão "o modo tradicional e convencional de pensar e abordar a história operária" (23), centrou-se na crítica à história política e ideológica. Esta abordagem foi explicada por Georges Haupt como aquela que

"encolheu as dimensões do mundo operário e o aprisionou em quadros fixos e estáticos. É que seu exame não tem como objeto a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido" (24).

No caso europeu, esta postura resultou da redução da história do movimento operário à história da Internacional. Daí uma história ideológica, incapaz de perceber que a memória coletiva do movimento operário estava enclausurada no discurso dos seus protagonistas. Essa história, muitas vezes escrita por militantes, "deixou de corresponder aos interesses das novas gerações de militantes (interessados nas experiências de sua história, sua prática política), e às exigências de uma ciência histórica em plena renovação" (25).

Segundo Haupt, com os trabalhos pioneiros de autores pouco conhecidos em nossos meios universitários (como Michele Perrot – *Les Ouvriers en grève – France: 1871-1890*) e outros já bastante utilizados (Edward Thompson – *La Formación Histórica de la Clase Obrera – Inglaterra: 1780-1832* e *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*, de Eric Hobsbawn – *Labouring Men*), renovou-se a história da classe operária. Novos ângulos de experiência da classe foram descortinados: sua experiência cultural expressa em tradições, costumes, valores; sua religião e organizações; seu cotidiano e qualidade de vida; seu lazer, habitação, saúde, educação e orçamentos domésticos. Quanto à vida na fábrica, tornaram-se relevantes os processos de trabalho, o regime de trabalho, o impacto da tec-

22. HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

23. HAUPT, Georges. *Por que a História do Movimento Operário?* In: *O Historiador e o Movimento Social*. UNICAMP, mimeog. Tradução Yara Aun Khoury.

24. Idem, *Ibidem*.

25. Idem, p. 4

nologia, as condições de trabalho, as condições de trabalho feminino. Sob cada um desses aspectos, buscou-se estabelecer as relações da classe com outras classes e instituições, investigar suas formas de resistência aos mecanismos de dominação dentro e fora da fábrica, enfim, conhecer sua prática política. A ação operária apresentou-se como passível de estudo direto, independente da mediação "de associações sociais, não oficialmente políticas", como bem ressaltou Edoardo Grendi (26).

A partir de 1970, ampliaram-se as pesquisas baseadas nessa nova tendência. Como exemplo, citamos artigos publicados em jornais e revistas especializadas na França e na Inglaterra, tais como *Recherches* (27), *Past and Present* (28) e *History Workshop* (29), onde são tratados temas como esses: a história das cidades, relações de poder sobre mulheres trabalhadoras e regulação da família, o problema do aborto no século XIX na Inglaterra, habitação e saúde no século XIX, higiene, profilaxia sanitária e moral; as máquinas inglesas do conforto, a organização do trabalho doméstico na América dos anos 1900, o alcoolismo social na "belle époque", os débitos das tavernas em 1900, as melodias populares em Paris no fim do século XIX, liberdade e natalidade – reação e repressão anti-Malthusiana, industrialização e suicídio na Inglaterra victoriana, classes e educação infantil na Inglaterra, o desenvolvimento da reportagem social nos periódicos ingleses, entre outros.

No Brasil, algumas questões merecem ser colocadas. Qual tem sido a matriz da reflexão teórica sobre o movimento operário? O enfoque da história permaneceu vinculado à história do próprio movimento? Quais suas principais linhas de abordagem? Em que campo teórico têm se situado? Enfim, qual o lugar do movimento operário?

II. ESTUDOS SOBRE A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL: PONTOS PARA UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil surgiram no final de 1940 e início de 1950, e foram escritos inicialmente por militantes do movimento operário. Em 1948, Rui Facó publicou *Classe Operária, 20 anos de Luta* (30). É de 1955 (31) a primeira edição de *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, de Hermínio Linhares (32). Em 1962, Everardo Dias publicou o clássico *História das Lutas Sociais no Brasil* (33). Edgar Leuenroth, *Anarquismo: Roteiro de Libertação Social* (34) e Jover Telles, *Movimento Sindical no Brasil* (35). Ainda em 1962, foi publicado *Formação do P.C.B.* de Astrogildo Pereira (36). No final dos anos 60, surgiu o trabalho de Edgar Rodrigues, *Socialismo e Sindicalismo no Brasil (1675-1913)* (37).

26. GRENDI, op. cit.

27. RECHERCHES. Paris, 1978, n^{os}. 13, 14, 25 e 29.

28. Past and Present. Oxford, 1970, n^o 49, p. 96-111.

29. History Workshop. Oxford, n^{os}. 1, 2, 3, 4, 1976-1977.

30. Rio, Edição Horizonte, 1948.

31. Anteriormente, em 1952, Agildo Barata publicara a edição de suas memórias.

BARATA, Agildo. *Agildo Barata: Vida de um Revolucionário*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

32. São Paulo, Alfa-Omega, 1972, 2^a edição.

33. São Paulo, Editora Edaglit, 1962.

34. Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, 1962.

35. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962.

36. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962.

37. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

No início dos anos 70, este esquema começou a ser criticado através de trabalhos como os de Francisco Weffort, *Sindicato e Política* (45), Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil* (46), Michael Hall, *Imigração e Classe Operária em São Paulo* (47), Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista* (48), entre outros. Segundo Weffort, os estudos anteriores, marcados pela orientação sociológica e inscritos nas teorias de transição da sociedade tradicional à sociedade moderna, teriam adotado uma perspectiva que confundiu "as formas histórico-concretas assumidas pelas classes sociais num período determinado do desenvolvimento capitalista europeu com a teoria das classes sociais no sistema capitalista" (49). Segundo ele, teriam como objetivo assinalar as semelhanças e diferenças entre as classes sociais dos países subdesenvolvidos e as dos europeus. Em contrapartida, Weffort reorientou as investigações sobre o movimento operário e sindical para a ciência política e, criticando a corrente sociológica, ressaltou a importância de que as análises estruturais fossem remetidas às conjunturas. Este tipo de análise tem sido denominado por Werneck Vianna "corrente de interpretação política" (50), e nela são alinhados os trabalhos de Maria Hermínia Tavares de Almeida (51), Régis de Castro Andrade (52), Ricardo Maranhão (53), Fábio Munhoz (54) e José Álvaro Moisés (55).

Negando o primado da análise política nos estudos sobre sindicalismo, surgiu o trabalho de Francisco de Oliveira (56), que assinalou, segundo Werneck Vianna, a incorporação do viés da acumulação capitalista ao tema sindical. A legislação trabalhista, a tutela do Estado, a organização dos trabalhadores e a lei do salário mínimo foram analisadas face a mudança no padrão de acumulação de capital. Nesta linha de preocupação, situando a legislação trabalhista e sindical em relação ao capitalismo, surgiram vários trabalhos, entre eles, os de Luiz Werneck Vianna (57) e Antônio Carlos Bernardo (58). A análise de Francisco de Oliveira, por sua vez, será criticada por Maria Hermínia Tavares de Almeida (59), que enfatiza a análise política. A autora discute que a ação coletiva se expressa no campo da política e não em termos de sua inserção peculiar no sistema produtivo. As alternativas de atuação dependeriam das distintas possibilidades abertas pelo jogo político.

Paulo Sérgio Pinheiro também discutirá as orientações que prevaleceram no exame dos sindicatos e dirá da conveniência de "distinguir entre sindicalismo e comportamento do proletariado como força social: a luta sindical é um dos aspectos da presença da classe operária na sociedade e o estudo do proletariado como classe ou força social não pode ser feito simultaneamente através do estu-

45. São Paulo, USP, 1972, mimeo.

46. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

47. Belo Horizonte, XXVIII Reunião Anual da SBPC, 1975, mimeo.

48. São Paulo, Estudos CEBRAP 2, 1972.

49. Op. cit., p. IX.

50. Por VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p. 14.

51. *Modus in REBUS: Partidos e Classes na queda do Estado Novo*. São Paulo, mimeo.

52. *Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o Nacional-Populismo no Brasil*. São Paulo, CEBRAP, mimeo.

53. *Sindicato e Democratização (Brasil, 1945-1950)*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

54. *Sindicalismo e Democracia Populista: A Greve de 1957*, São Paulo, CEDEC, 1977.

55. *Greve de Massa e Crise Política (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1964)*. São Paulo, Polis, 1978.

56. Op. cit. De acordo com VIANNA, Werneck, op. cit., p. 16-71.

57. *Sindicato e Liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

58. *Tutela e Autonomia Sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo, BAO, 1982.

59. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*, mimeo.

do de movimento sindical” (60). Num artigo de 1975, publicado em Estudos CEBRAP, Pinheiro analisa as tendências dos estudos sobre o operariado, sugerindo caminhos para “alargar o campo da análise da classe operária” (61). Entre eles, o estudo das condições de exploração da mão-de-obra no processo de industrialização, a condição operária, a condição de trabalho, o controle do processo de trabalho pelo capital, as relações do Estado e setores dominantes com a classe operária, o corporativismo etc.

Nesta linha de crítica, devem ser apontados o trabalho de Michael Hall (62), que desmistifica o peso político dos estrangeiros, denominado por ele de mito do imigrante radical; o de Bóris Fausto (63), que contém minucioso estudo dos grupos anarquistas, das greves, identificando três tendências organizatórias no movimento operário; e o de Sheldon Maran, que desfaz algumas idealizações, da prática política anarquista (64). Esses estudos dos anos 70 marcam o início de uma revisão teórico-metodológica das investigações sobre a classe operária, embora permaneçam circunscritos à análise do sindicalismo. Não obstante o fato de constituírem uma vertente de análise, alternativa à sociologia, outras questões se colocam. Se numa o comportamento político do operariado advém dos atributos de sua origem e das condições estruturais do desenvolvimento industrial, noutra a ação sindical se dilui no campo da política, às vezes se confunde com a ação intervencionista do Estado e, finalmente, a prática sindical surge atada às necessidades do capital. Em nenhuma, o movimento operário emerge como expressão da experiência e da luta quotidiana do conjunto da classe (65).

No decorrer do debate, novas reflexões e informações foram criando um substrato para se pensar a história operária (66). Nesse sentido, destacamos os trabalhos de Kazumi Munakata – O Lugar do Movimento Operário (67), o de Marilena Chauí – Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira (68) e o de Werneck Vianna – Apontamentos sobre a Questão Operária e Sindical (69) que, sem dúvida, foram precursores de uma nova história e inspiradores de várias teses acadêmicas (70). Só então o operariado deixará de ser considerado atrasado, o sindicato não mais será visto como o único campo de ação da classe operária e a resistência operária expressar-se-á também fora do sindicato.

Não se pretende aqui minimizar a importância dos estudos sobre sindicalismo ou da organização sindical para a articulação de interesses e encaminhamento da luta dos trabalhadores. Tampouco pretendemos sepultar os pioneiros

60. PINHEIRO, Paulo Sérgio, *op. cit.*, p. 93-94.

61. *Op. cit.*, p. 123.

62. *Op. cit.*

63. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1976.

64. MARAN, Leslie Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro – 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

65. A existência desta luta e as formas por ela assumidas é demonstrada no instigante e belo trabalho de PAOLI, Maria Célia. “Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros”: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 1980. Nosso trabalho pretende ser uma continuidade dessa linha de preocupações.

66. Ver a esse respeito a exemplar resenha de Werneck Vianna, *op. cit.*

67. Publicado nos anais do IV Encontro Regional da História de São Paulo, ANPUH, UNESP, Araraquara, 1980.

68. In: *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

69. VIANNA, Luiz Werneck. Apontamentos sobre a Questão Operária e Sindical. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira – 13:51-63, 1979.

70. Entre outros, o trabalho de DE DECA, *op. cit.*

esquemas interpretativos utilizados no estudo da classe operária no Brasil. A questão que nos instiga é que, apesar da importância de reavaliar premissas e marcos teóricos, as análises sobre a história operária permanecerão insuficientes, se não se localizar o espaço onde se gerou a matriz da reflexão histórica sobre o movimento operário. Nos parece que esta matriz foi engendrada pelo populismo.

No período populista, a experiência de trabalho e de vida da classe operária não foi a tônica de seu movimento. As direções sindicais promoveram sua integração em movimentos mais amplos, que tentavam transformar a sociedade brasileira, através de alianças policlassistas. O movimento operário se orientava em função do Estado, que se apresentava como interlocutor da classe, como se esta fosse um mero objeto de intervenção daquele. A problemática nacionalista e a política de reformas envolviam o movimento operário, principalmente nas empresas estatais (petroleiros, portuários, ferroviários), onde havia apoio e alianças com o governo. A ambigüidade da estrutura sindical era silente no discurso sindicalista, quanto à sua subordinação ao Estado e não à sociedade. Por sua vez, os pesquisadores acompanharam a vertente sindicalista. Não é fortuito que seus escritos, bem como os de militantes do movimento operário, surjam nesses anos (71). Os trabalhos dos militantes entre 1948 e 1962 e os dos acadêmicos após 64. Naqueles, a reconstituição da história operária aparece como elemento capaz de reforçar as opções da prática política e sindical de lideranças operárias, limitadas pelo projeto populista (72). Nos acadêmicos, emerge a crítica à política populista e a análise do movimento operário face à aliança policlassista e a presença do Estado intervencionista. A produção intelectual, contudo, não consegue ultrapassar os limites da política dominante, que só tornavam visível a classe operária através da ação e organização sindicais. Tampouco percebeu-se como ressaltam Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, que a

“redução sindicalista da análise da classe operária interessava ao regime corporativista (instalado em fases sucessivas a partir de 1930) e lhe permitia atingir dois objetivos cruciais para a consolidação do controle do Poder sobre as classes trabalhadoras. Em primeiro lugar, a eliminação de todo o acúmulo de experiências anteriores à política trabalhista do governo Vargas. Tentando apagar a história da classe operária ligada ao Estado, reforçava a constatação da fraqueza da classe e sua capacidade para intervir no processo político. Em segundo lugar, essa perspectiva contribuía para o aprofundamento da relação de dependência da classe operária em relação ao Estado e para a construção do mito se-

71. Acreditamos não ser necessário pormenores sobre a grave crise política e institucional que caracteriza os anos 1961-1964 e que solapa o próprio pacto populista. A esse respeito, ver:

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, entre outros.

Ver também os trabalhos de DE DECA, op. cit., e

VISENTINI, Carlos Alberto. A Teia do Fato. São Paulo, USP, 1982, mimeo. Tais trabalhos mostram a posição do discurso acadêmico frente à classe operária.

72. À excessão da obra do anarquista Edgar Leuenroth, que sintomaticamente também surge neste período, reiterando princípios anarco-sindicalistas, e que é um libelo sutil contra os seus opositores, um grupo hegemônico nas direções sindicais.

gundo o qual é o Estado corporativista que preside tutelarmente a formação da classe operária, abrindo assim possibilidades promissoras para o exercício desta manipulação" (73).

Sem dúvida, a estrutura sindical paulatinamente implantada após 1930 se configurou como uma realidade para o movimento operário e sindical. Porém, a experiência operária não se reduz à prática sindical e não permaneceu submetida a ela no exercício da sua luta cotidiana e da sua resistência (74).

O espaço ocupado pelo sindicato e pela atividade partidária teve seus limites nos princípios do pacto populista. O discurso dos militantes não o contestava porque o erigiram como campo privilegiado de luta; o discurso intelectual não o avaliava por não percebê-lo como um espaço construído pela elite dominante. Como resultado, criou-se uma história operária reduzida a uma história institucional. Onde não se configurava a própria classe com suas manifestações, suas lutas cotidianas, seus conflitos, e sim a experiência das lideranças.

Ao rompimento do pacto elitário que externalizou o colapso da aliança populista, aliaram-se situações de exploração e dominação exacerbadas pelo movimento armado de 1964. Neste contexto, abriram-se possibilidades para que os movimentos sociais, e particularmente a classe operária, pudessem recuperar a "estruturação de um discurso de interpretação da própria condição operária", que vinha sendo gestado desde os anos 20 e foi abortado no pós-45, face à problemática nacionalista (75).

No pós-64, o movimento operário foi excluído do cenário político nacional, agora reordenado pelas elites que assumiram o poder. Esfaceladas suas organizações, os operários retornaram à construção de um espaço político: a fábrica. Neste espaço, eles criaram condições de expressar uma experiência como sujeito histórico autônomo.

III. CLASSE OPERÁRIA: UMA NOVA IDENTIDADE

A discussão sobre classes talvez abra um campo mais qualificado para se analisar as múltiplas realidades que compõem o todo social. A mudança social pressupõe um contexto de resistência que envolve homens e mulheres como sujeitos históricos, grupos e classes, operando no campo da luta social, o que pode significar o irredutível face a face de Foucault, a mobilização política de Habermas, o acontecer das classes de Thompson. Especificamente em Thompson, o que está em jogo é o reducionismo à determinação econômica de classe. Porém, a condição de classe, a determinação desta no sentido dialético permanece, porquanto capital/trabalho conformam a relação mais abrangente de outros grupos além de operários como nações e talvez até tribos. Afinal, a vida de nações, grupos étnicos, gerações, entre outros, não está fora do capitalismo. Por mais tênue que seja essa mediação com o capital, mantém-se um vínculo (no agora ou no futuro) no espaço-tempo da subordinação a ele. Assim, uma leitura de Thompson, ocultando a condição de classe aqui explicitada, expressaria um viés conservador, no sentido de negação da classe. Por outro lado, a sua preocupação com o cotidiano, ao tratar a cultura operária, ignora a questão do poder onipresente em Foucault.

73. PINNHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930*, documentos. Vol. II, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 10.

74. Ver a esse respeito, o trabalho de Maria Célia Paoli, op. cit.

75. Idem, *Ibidem*, p. 45.

Como trazer essa discussão para a terra da história, singularizando-a na perspectiva do movimento operário, um dos tipos de movimento social urbano? Como vimos, as explicações passadas sobre a classe operária fixaram padrões de análise que estreitaram, em alguns casos, sua realidade. Todavia, representaram uma especificidade histórica, uma possibilidade rica do filão corporativista da sociedade brasileira. Mas, desta forma, ficou oculta uma realidade fundamental por excelência: a quotidiana. É que nossa consciência se movimenta entre diferentes esferas da realidade. Entretanto, é no ordenamento social do dia a dia, que nossa experiência se apresenta de forma intensa, sua presença não pode ser ignorada, forçando nossa atenção mais inteira. Em conseqüência, o universo operário não pode significar apenas lutas sindicais e/ou partidárias, perdendo-se a dimensão social e política do quotidiano. A condição operária se expressa também no campo do trabalho, da saúde, da sexualidade, do lazer, da qualidade de vida, que por sua vez se vincula às práticas sociais organizadas. Em outras palavras, queremos mostrar a importância da história social, fato que preocupou os pesquisadores no final dos anos 70 e que não foi acontecimento fortuito. A mudança do interesse acadêmico pela investigação do quotidiano operário foi impulsionada, a nosso ver, por duas razões. De um lado, a influência de estudos europeus iniciados nos anos 60, por outro, a situação do país no pós-64.

A intervenção político-militar no Brasil de 1964 colocou outras questões para a classe operária. A coalizão que conquistou o Estado, embora formada por diferentes agentes com diferentes demandas, agregava seus interesses em torno de um reordenamento político-social. Havia um projeto econômico e político: organizar o setor empresarial, tendo como ponta de lança a fração multinacional associada, que facilitaria a inserção do país na produção multinacional (76). Ora, cumprir este projeto significava, entre outros, conter a mobilização social, que trazia em seu bojo o movimento operário. Não sem razão, a classe mais atingida após 64 foi a dos trabalhadores, pois o grande capital requeria versatilidade política para seus investimentos. A título de exemplo, lembramos intermináveis intervenções nos sindicatos operários e cassações de dirigentes sindicais, entre 1964 e 1965. Silenciados, os operários desapareceram da cena política brasileira até 1978, exceção feita às greves de Contagem e Osasco, duramente contidas pela repressão policial.

Todavia, o processo de exploração seguiu o curso do modelo de acumulação: o poder e a dominação se exerciam sobre a condição operária de trabalho e de vida; o quotidiano do trabalhador expressava seus corpos dóceis e a teia de suas relações.

Quando a sociedade explicitou o drama da experiência autoritária, em termos de eclosões do movimento operário, a partir das greves do ABC em 1978, uma lição ficou clara para os pesquisadores: à medida que experimentavam situações, o operariado fora elaborando suas experiências comuns. Pequenas lutas no interior das empresas como greves brancas, sabotagem, absentefismo, confronto com disciplinas fabris, conformaram resistências pessoais e/ou em grupos, que forjaram a matriz de mobilizações futuras. Esses sinais subterâneos não escaparam à observação dos pesquisadores. É que os trabalhadores haviam passado a contar com a capacidade da classe para se organizar por si mesma, para resistir às novas formas de desigualdade e dominação, negando a relação sindicato/partido na condução de seu movimento. A classe ganhara autonomia em suas reivindicações. As lideranças já não podiam contar com o Estado; apenas com a repressão, a lei antigreve, o FGTS, o arrocho salarial. Assim, um limiar de possibilidades se abriu ao movimento, que se alastrou nas

76. DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

grandes empresas privadas estrangeiras e nacionais, forçando os patrões a negociar. A tônica recaía agora nos acordos coletivos e na negociação direta. As comissões de fábrica ganharam relevo na paisagem fabril. A preocupação nacionalista ceder lugar a demandas democráticas de participação.

De fato, nas relações de produção é que se engendram as relações de dominação sobre o trabalho, e estas relações não são amorfas. São relações humanas, sociais, políticas, sendo, portanto, no mundo da produção que se enfraza a possibilidade de emancipação operária, porque é dentro dele que sua consciência se gesta. A divisão técnica e social do trabalho, nascida com a fábrica, à medida em que foi se racionalizando através da expansão tecnológica, atingiu os limites da automação, com todas suas implicações sociais. São saberes que direcionam o destino do trabalhador, promovem a perda de sua criatividade, operam a divisão da classe, exorcisam sua identidade. Enquanto isso, o capital se reproduz na utilização da saúde de corpos domesticados, que trabalham em função de uma produtividade sobre a qual não têm controle. Em que clima é vivido esse processo de submissão? De que forma a luta de classe se apresenta? Como essa experiência se elabora para além dos muros da fábrica? Essas e outras questões passaram a preocupar estudiosos do movimento operário.

Sob essa ótica, as pesquisas divulgadas no final dos anos 70, rasgaram o tecido sindical e mergulharam na experiência viva das condições da existência operária. Perceberam que as relações de poder e de dominação passam pela realidade da vida quotidiana dos trabalhadores. Com esse objetivo de mapear o espaço social e político da classe, assinalamos, entre outros, os trabalhos seguintes: José Sérgio Leite Lopes – O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar (77), José Vicente Tavares dos Santos – Os Colonos do Vinho: Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital (78), Alásia Heredia – A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil (79), Vera Maria Cândido Pereira – O Coração da Fábrica (80), Magda Maria Bello de Almeida Neves – Condição Feminina - Condição Operária. Um Estudo do Caso sobre Operários Têxteis (81), Amnéris Maroni – A Estratégia da Recusa (82), Ecléia Bosi – Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos (83), Francisco Foot Hardman – Nem Pátria, nem Patrão (84), Bóris Fausto – Controle Social e Criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924) (85).

Nessas pesquisas, a prática política institucional cede lugar ao novo. Agora, o olhar do analista se volta para o modo de vida dos operários, suas práticas econômicas, os processos de trabalho na fábrica, a resistência no quotidiano fabril, as práticas culturais, as formas de controle social, o trabalho feminino e mecanismos de poder utilizados para subordinar a mulher operária etc. A unidade no novo não significa, entretanto, que não existem diferenças: os matizes se revelam na escolha e no tratamento de seu objeto, enriquecendo as diversas práticas sociais até então ocultas.

Bóris Fausto, por exemplo, utiliza como fontes de pesquisa relatórios policiais e judiciais de São Paulo, entre o final do século passado e o início deste. Mostrará, através da análise dos crimes e contravenções penais, as formas de

77. Rio, Paz e Terra, 1976.

78. São Paulo, Hucitec, 1978.

79. Rio, Paz e Terra, 1979.

80. Rio, Campus, 1979.

81. Belo Horizonte, UFMG, mimeo. 1983.

82. São Paulo, Brasiliense, 1982.

83. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.

84. São Paulo, Brasiliense, 1983.

85. In: Crime, Violência e Poder. Org. Paulo Sérgio Pinheiro, São Paulo, Brasiliense, 1983.

controle social exercidas na atividade cotidiana do aparato policial-repressivo. A marca do poder se torna visível na repressão à gatinagem, à vadiagem, à infração das normas do trabalho e, em nome da ordem pública, mantém um rigoroso controle das camadas menos favorecidas da sociedade. A vinculação estabelecida entre crime, violência e poder empresta uma nova tônica ao trabalho ⁽⁸⁶⁾.

Os trabalhos de Vera Cândido, José Sérgio Leite Lopes, Amnérís Maroni, Magda Bello de Almeida Neves, apesar dos distintos matizes, podem-se agrupar em torno do enfoque teórico que privilegia a análise dos processos de trabalho na fábrica. Cada um a seu modo, dentro deste marco, voltar-se-á para as condições do trabalho, o cotidiano operário na fábrica, as etapas do processo produtivo, o tipo de força de trabalho, as formas de resistência desenvolvidas, as relações sociais estabelecidas, as contradições vividas pelos operários em relação ao seu papel no processo de trabalho, sua percepção sobre o próprio processo de trabalho, a dominação do sistema fabril (com seu aparato tecnológico), a desigualdade e a disciplina, o avanço do domínio da fábrica sobre a vida doméstica, o lazer, as relações com os organismos sindicais, as percepções acerca da sociedade e da política.

As pesquisas de Alásia Heredia e de José Vicente Tavares dos Santos se relacionam não apenas quanto ao objeto, o trabalho camponês, mas acima de tudo pelo marco teórico no qual se inserem: o poder de ação progressiva do capitalismo, que lentamente vai subjugando comunidades agrícolas, o trabalho familiar dos pequenos produtores e o processo de trabalho no campo. Aos poucos, vai-se esfacelando seu modo de vida, sua cultura camponesa, seu ritmo de atividade, sua visão de mundo. Este processo acabará gerando, inclusive, novas formas de trabalho e resistência ao grande capital.

Os trabalhos de Foot Hardman e Ecléia Bosi, a par de nuances peculiares, ligam-se pela busca da história e da vida dos homens: seu passado, sua memória, sua cultura. Representam formas de se compreender a história da dominação e das relações sociais e políticas numa sociedade. Incluímos o exemplar livro de Ecléia Bosi porque ele mostra, através da análise da memória de seus personagens, a importância por eles atribuída ao trabalho humano. Embora não seja uma pesquisa sobre operários, inscreve-se no campo da história social e do trabalho.

Ao lado dessas teses recentes, iniciou-se a organização de arquivos de memória social dos trabalhadores, que têm contribuído para ampliar o campo de pesquisa dos estudiosos dos novos temas de história social. Exemplo disto são o Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, o Arquivo do Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (CEDEC), em São Paulo, e o Centro de Memória de História do Trabalho, da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Estes arquivos possuem um acervo que inclui jornais operários, documentos de associações de classes, arquivos pessoais de militantes do movimento operário, documentos e relatórios sobre as condições de vida e de trabalho do operariado fabril no Brasil, legislação, tecnologia, etc.

Podemos registrar também a organização de simpósios que embora não inteiramente dedicados aos novos temas, têm realizado mesas redondas com este fim: o II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais promovido pelo CEDEC em maio de 1971, em São Paulo (e outros subseqüentes); o Encontro da Associação Brasileira de Antropologia realizado no Museu Nacional, em outubro de 1982, no Rio de Janeiro, com o tema Questões Sobre a Cultura Operária; o Simpósio sobre Industrialização e Classe Operária realizado

86. Este tipo de trabalho foi, de fato, iniciado no Brasil por PINNHEIRO, P. Sérgio. "Violência do Estado e Classes Populares". DADOS, Rio de Janeiro, 22:5-24, 1979.

pelo Departamento de História da UNICAMP em novembro de 1983, com mesas redondas sobre Processo de Trabalho, Tecnologia e Qualificação, Estado e Classes Sociais e industrialização. Identificamos ainda a criação de vários grupos de trabalho que tratam da classe operária, sindicalismo e movimentos sociais dentro da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais) e o Laboratório sobre Movimento Operário e Sindical do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro).

No campo de publicações em revistas especializadas, citamos, entre outras, a Revista Brasileira de História, órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) que recentemente dedicou um volume especial (87) a trabalhos que seguem esta nova tendência. No meio literário e cinematográfico, já contamos com produções que tratam da reconstituição de histórias de vida, das vicissitudes do cotidiano e das lutas operárias. Basta lembrar o livro de Antônio Cândido-Teresina, etc... (88) e o de Zélia Gattai - Anarquistas Graças a Deus (89). Quanto aos filmes, temos Os Libertários, de Lauro Escorel Filho, O Sonho não Acabou, de Cláudio Kalms e Os Chapeleiros, de Adrian Cooper. Os dois primeiros tratam, respectivamente, do papel do anarquismo no início do movimento operário em São Paulo (o papel dos imigrantes, as primeiras lutas e organizações), e do teatro feito por militantes anarquistas no início do século em São Paulo, como meio de difundir idéias libertárias de resistência. O terceiro descreve com minúcias o processo de trabalho em sua opressão quotidiana, numa fábrica de chapéus do século passado, em Campinas.

Com bem expressa Maria Célia Paoli, houve o

"enterro dos velhos esquemas interpretativos com suas renovadas acusações clássicas aos intelectuais que tudo silenciaram por voluntarismo, arbitrariedade, reducionismo e colaboração involuntária com a dominação. Surgiu uma nova literatura operária com referência aos novos teóricos europeus para apoiar, passo a passo, o que se desenvolve na realidade local" (90).

Entretanto, as determinações teóricas que configuram, em parte, a nova postura dos pesquisadores do movimento operário, inscrevem-se numa questão mais ampla, que ultrapassa a utilização dessas concepções como respostas explicativas à emergência dos movimentos sociais no país. Não se trata da adoção de uma nova ortodoxia, nem de instituir modelos, teorias acabadas ou paradigmas. Mas de avançar o conhecimento para desvendar dimensões ocultas, no passado e no presente, que os tradicionais instrumentos de análise dificultavam. Não significa, por exemplo, abrir mão de estudos sobre sindicalismo. Pelo contrário, o estudo da ação sindical através de pesquisa empírica permanece sendo fundamental para a compreensão da prática político-operária, e seu abandono pode significar uma nova forma de sujeição à memória dos vencedores. Nesta ruptura com a história operária tradicional, não estão afastados os perigos de se construir uma outra história ideológica. Sob este aspecto, alguns cuidados e questões circunscrevem nossa reflexão.

87. "À Luta, Trabalhadores". Revista Brasileira de História (Org. da ANPUH), São Paulo, Ed. Marco Zero, nº 6, 1984.

88. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

89. Rio de Janeiro, Record, 1979.

90. PAOLI, Maria Célia, op. cit.

Quais critérios de aplicação das novas teorias que, apesar da flexibilidade dos seus pressupostos, foram calcadas na realidade de outras formações históricas? Até que ponto o específico na constituição da sociedade brasileira corresponderá a esses esquemas conceituais? Como tratar o problema político de poder e dominação no Brasil, que dá origem também a movimentos sociais singulares como o dos negros, mulheres, índios, ecologia, entre outros? Estes movimentos não responderiam mais às maneiras particulares de se ordenarem socialmente o poder e a dominação? Até que ponto a luta na fábrica se relaciona com a luta política? A análise da tradição, das microrrelações do poder, do cotidiano operário de trabalho e de vida será capaz de esgotar o conceito de ação política? Como lidar com um novo conceito de poder, sem perder de vista e esvaziar a noção de propriedade?

À nossa espera existe uma realidade repleta de significações históricas a serem resgatadas no mundo do trabalho e da vida operária. São ricas as possibilidades abertas para uma história livre dos argumentos da memória instituída e que expresse as diferentes conformações assumidas pelo exercício do poder e pelo acontecer das classes.

Concluiremos, concordando com Georges Haupt (91), que "o confronto entre a história tradicional e a história operária decididamente social, não é simplesmente uma discussão acadêmica estéril, um debate metodológico abstrato. É o combate por uma história operária nova, e ela vai além do saber histórico".

91. HAUPT, Georges. op. cit., p. 34.